

“Beneficiados são só 19% do total”

O presidente Collor falou durante 12 minutos. Em tom didático, argumentou que se o reajuste de 147,06% for estendido aos 13 milhões de aposentados — só os que recebiam menos de um salário mínimo haviam recebido o índice, em setembro de 1991 — a despesa da Previdência Social terá acréscimo de Cr\$ 11 trilhões e os que ganham mais serão os maiores beneficiados. “É preciso esclarecer que o reajuste vai beneficiar apenas 2,5 milhões do total de 13 milhões de brasileiros que recebem aposentadoria do INSS. Os beneficiados representam somente 19% do total”, afirmou.

“Assim, o pagamento dos 147% pode prejudicar os outros 10 milhões de aposentados e o resto da população brasileira”, advertiu. Com o auxílio de gráficos, o presidente fez um balanço dos trabalhos realizados pelo seu governo na área da Previdência. Antes, porém, ressaltou que não vai promover nenhuma emissão de moeda ou qualquer outra fórmula inflacionária para cobrir despesas de eventuais aumentos decorrentes de decisões judiciais.

“Em meu governo conseguimos cortar gastos e aumentar benefícios. A extinção de mais de quatro mil representações do Funrural nos municípios, juntamente com a suspensão de 313 mil aposentadorias concedidas de forma irregular, proporcionou economia de Cr\$ 418 bilhões por ano”, reressaltou.

Segundo Collor, a partir de auditorias por amostragem em 800 postos do INSS, o governo conseguiu economizar Cr\$ 200 bilhões. Essa economia, destacou, beneficiou mais de cinco milhões de aposentados, que recebiam meio salário mínimo e passaram a receber um mínimo a partir de setembro do ano passado. Outro dado que mereceu destaque do presidente foi o aumento de meio para um salário mínimo nos proventos de 500 mil trabalhadores rurais, com o reajuste concedido pela Previdência. Para eles, o reajuste variou de 394% e 488%.

Sempre em tom professoral, Collor valeu-se três vezes de gráficos para explicar aos brasileiros a situação de equilíbrio da Previdência e a imensa diferença entre receita e despesa, que aumentaria cinco

vezes com a aplicação do reajuste de 147,06%. “Vocês podem ver o que ocorreria caso se concedesse em todo o país os 147% de reajuste que tem sido objeto de ações judiciais — um brutal aumento de despesas”, ponderou.

Antes do pronunciamento, o presidente Collor reuniu-se, pela manhã, com os ministros da Economia, do Trabalho e Previdência, da Justiça, da Saúde e integrantes da equipe econômica, do Ministério da Previdência Social. À tarde, a reunião limitou-se ao ministro Márcilio Marques Moreira e integrantes da equipe econômica, para os últimos retoques no projeto que aumenta as contribuições previdenciárias de trabalhadores e empresas. Em seu gabinete, o presidente estudava seu pronunciamento, gravado poucos minutos antes de ir ao ar. A gravação, feita apenas uma vez, segundo o porta-voz Cláudio Humberto Rosa e Silva, terminou às 19h20 e a edição do pronunciamento, às 19h35, foi concluída 15 minutos antes. A imagem foi gerada do Palácio do Planalto pela Radiobrás.